



Ata n. 33/2021

1 Aos 09 dias do mês de agosto de 2021, às 13h30min, na sala virtual disponível através do link
2 <http://conferenciaweb.rnp.br/webconf/felipe-felipe-franz-wienke>, nos termos da convocação publicada no site
3 <https://direito.furg.br/>, estiveram presentes os professores Felipe Franz Wienke (coordenador do Curso de
4 Direito), professor Marcelo Cafrune (coordenador adjunto do Curso de Direito), prof. Jaime John (supervisor
5 de atividades complementares), prof. Luciano Vaz Ferreira (supervisor de TCC), professora Simone de Biazzi
6 (supervisora de Estágio), professora Elisa Celmer, prof Eduardo Pitrez e professora Liane Francisca Pazinato,
7 membros do NDE. O professor Felipe Wienke solicitou a inclusão de um ponto de pauta, relacionado ao
8 recente ofício remetido pela DPU (ofício nº 4586379/2021). Colocado o pedido de inclusão do ponto na pauta,
9 o pedido foi aprovado por unanimidade. Assim, a reunião passou a ter a seguinte pauta: 1. Apreciação ofício
10 DPU nº 4586379/2021; 2. Reforma Curricular. **1. Ofício DPU nº 4586379/2021:** dando início à reunião, o
11 professor Felipe Wienke informou que recebeu da Direção da FaDir ofício remetido pela Defensoria Pública
12 da União, demandando informações acerca do indeferimento do pedido de matrícula do estudante de matrícula
13 nº 131.084, bem como manifestação da Unidade acerca da possibilidade de reconsideração do indeferimento.
14 O professor Wienke salientou que a Câmara do Curso de Direito apreciou recentemente recurso do estudante,
15 o qual restou improvido. Salientou que não houve interposição de recurso para o conselho da Faculdade de
16 Direito (colegiado com competência recursal em relação às decisões da Câmara do Curso de Direito). Expôs,
17 outrossim, que a Coordenação do Curso já recebeu outras notificações judiciais no ano letivo 2021,
18 relacionado a determinações judiciais para a quebra de pré-requisito da disciplina de Prática Jurídica Social II.
19 Colocado em discussão, os professores presentes salientaram que não há fato novo que justifique uma
20 manifestação do NDE direcionado à Câmara com sugestão de alteração de posicionamento. **Deste modo, os**
21 **presentes sugeriram que a Coordenação do Curso responda o ofício da DPU reiterando os termos da**
22 **recente decisão da Câmara do Curso de Direito do dia 09 de julho de 2021.** 2. Reforma Curricular: o
23 professor Felipe Wienke informou que a Coordenação do Curso de Direito concluiu a sistematização das
24 contribuições do NDE relacionado ao texto do novo Projeto Pedagógico do Curso/PPC de Direito, que foi
25 remetido previamente aos membros do NDE por e-mail. Abrindo a discussão, o Coordenador do Curso
26 realizou a apresentação do PPC, expondo a organização do sumário. Na sequência, passou a palavra aos
27 presentes. A professora Simone de Biazzi parabenizou o NDE pelo trabalho de reflexão sobre o currículo do
28 Curso e destacou que o novo PPC valoriza a vocação e princípios do Curso definidos pelo PPC de 2012. O
29 professor Luciano Vaz destacou a semestralização do Trabalho de Curso, o qual passará a ser desenvolvido em
30 duas disciplinas semestrais, nos 8º e 9º semestres, respectivamente. O professor Marcelo Cafrune destacou que
31 a proposta traz uma redução de carga horária total, doravante com 3725 horas, através dos seguintes elementos
32 curriculares: 3180 horas de disciplinas obrigatórias, 225 horas de disciplinas optativas, 200 de atividades
33 complementares e 120 horas de atividades de extensão. Salientou que a curricularização da extensão alcança
34 um montante de 420 horas: 300 desenvolvidas no âmbito do EMAJ (disciplinas de Prática Jurídica Social I e
35 II) e 120 horas livres em outras atividades de extensão. A professora Elisa Celmer destacou a estratégia de
36 curricularização da extensão, expondo que a proposta valoriza a prática extensionista do EMAJ, bem como
37 estimulará novos projetos de extensão no âmbito da FaDir. O professor Felipe Wienke expôs que essa
38 estratégia atende às DCNs e a resolução CNE 7/2018, conforme vem sendo exposto em recentes obras no
39 campo do direito educacional e do ensino jurídico. Prof. Eduardo Pitrez destacou a atenção que o NDE teve
40 com as metodologias ativas, ponto que exigirá uma nova postura dos docentes do Curso. **Colocado em**
41 **votação, o texto final do PPC, fruto de amplas discussões com toda a comunidade acadêmica, foi**
42 **aprovado por unanimidade.** O professor Felipe Wienke sugeriu uma metodologia para aprovação final do
43 PPC em três etapas: a apresentação do projeto aos docentes do Curso de Direito, através de uma reunião da
44 Câmara do Curso; a apresentação do projeto à comunidade discente do Curso, através de uma reunião aberta;
45 e uma reunião deliberativa da Câmara do Curso de Direito do Conselho da FaDir para discussão de sugestões,
46 destaques e aprovação da versão final do PPC. O professor Marcelo Cafrune salientou a importância de que os
47 professores tenham acesso ao projeto com antecedência, o que foi reconhecido por todos os presentes. O
48 professor Felipe Wienke sugeriu a reunião de apresentação do PPC aos docentes para o dia 13 de agosto, às
49 13h30; a reunião aberta com os estudantes no dia 16 de agosto, às 17h e a reunião da Câmara do Curso, com
50 pauta de deliberação e aprovação do PPC para o dia 17 de agosto, às 13h30min. **Colocado em votação, o**
51 **cronograma de reuniões foi aprovado por unanimidade.** Nada mais havendo a ser discutido, a reunião foi
52 encerrada às 15 horas. A presente ata foi elaborada por mim, Prof. Felipe Franz Wienke e será publicada na
53 página web do Curso de Direito: <http://www.direito.furg.br>. Rio Grande, 09 de agosto de 2021.